



Desenvolvimento Regional em Debate  
ISSN: 2237-9029  
valdir@unc.br  
Universidade do Contestado  
Brasil

## Práticas contábeis e a accountability em universidades comunitárias no Rio Grande do Sul

Thesing, Nelson José; Santos, Vaneza Lima dos; Büttgenbender, Pedro Luís; Mera, Claudia Maria Prudêncio de; Pieniz, Luciana Paim

Práticas contábeis e a accountability em universidades comunitárias no Rio Grande do Sul

Desenvolvimento Regional em Debate, vol. 10, 2020

Universidade do Contestado, Brasil

**Disponível em:** <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570864390046>


**DOI:** <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2913>

## Práticas contábeis e a accountability em universidades comunitárias no Rio Grande do Sul

Accounting practices and accountability at community  
universities in Rio Grande do Sul

Prácticas contables y responsabilidad en las universidades  
comunitarias en Rio Grande do Sul

Nelson José Thesing nelson.thesing@unijui.edu.br  
*Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*  
(UNIJUI), Brasil

 <http://orcid.org/0000-0001-7123-0717>

Vaneza Lima dos Santos vaneza.santos@unijui.edu.br  
*Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*  
(UNIJUI), Brasil

 <http://orcid.org/0000-0001-6612-7029>

Pedro Luís Büttgenbender pedrolb@unijui.edu.br  
*Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*  
(UNIJUI), Brasil

 <http://orcid.org/0000-0002-7011-8552>

Claudia Maria Prudêncio de Mera cmera@unicruz.edu.br  
*Universidade de Cruz Alta (Unicruz), Brasil*

 <http://orcid.org/0000-0001-5293-3054>

Luciana Paim Pieniz luciana.pieniz@gmail.com  
*Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA), Brasil*

 <http://orcid.org/0000-0003-4438-1952>

Desenvolvimento Regional em Debate,  
vol. 10, 2020

Universidade do Contestado, Brasil

Recepção: 10 Junho 2020  
Aprovação: 21 Julho 2020

DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2913>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570864390046>

**Resumo:** O artigo busca compreender a natureza transformadora/conservadora presente no ambiente universitário, ao verificar, se o trilhar desse caminho, é o de aproximação ou distanciamento da universidade para com a comunidade. Essa inquietação conquista pertinência, nas investigações que buscam compreender as práticas contábeis: Balanço Social, Relatório Social, Relatório de Atividades, elaboração e divulgação dos Relatórios, de como funcionam as lentes dos profissionais da contabilidade, especialmente, seus diálogos com a *accountability*. O objetivo desta pesquisa foi explorar as práticas operacionais que resultam nas informações necessárias para o *accountability* nas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul. O caminho metodológico conta com a abordagem qualitativa, tendo por objetivos as pesquisas exploratória, descritiva e explicativa. A pesquisa verifica, um conjunto teórico, fundamentado na ciência, bem como, conta com a pesquisa de campo, com os responsáveis da contabilidade. Os resultados da pesquisa revelaram que as Universidade desenvolvem um diálogo permanente, fértil para prestação de contas, bem como cultivam, um trabalho estratégico de planejamento, na academia e com os mais diversos setores da sociedade, onde as práticas contábeis se fazem presente, onde o pensar da *accountability* não é apenas um instrumento mecânico, mas um processo reflexivo a partir

do fazer acadêmico, dando sentido para quem produz, em todos os níveis, seja na coleta e mensuração dos resultados, na padronização das informações, na escolha de indicadores, na divulgação dos Relatórios, em processos não só técnicos instrumentais, mas de cunho qualitativo, o que desafia maiores estudos no campo do *accountability*, bem como, nas vivências comunitárias e suas repercussões nos processos de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Accountability, Balanço Social, Universidades Comunitárias, Desenvolvimento Regional.

**Abstract:** The article seeks to understand the transformative / conservative nature present in the university environment, when verifying, if following this path, it is the approach or distancing of the university towards the community. This concern gains relevance in investigations that seek to understand accounting practices: Social Balance, Social Report, Activity Report, preparation and dissemination of Reports, of how accounting professionals' lenses work, especially their dialogues with accountability. The objective of this research was to explore the operational practices that result in the necessary information for the Accountability at Community Universities in Rio Grande do Sul. The methodological path relies on a qualitative approach, with the objective of exploratory, descriptive and explanatory research. The research verifies, a theoretical set, based on science, as well as, it counts on the field research, with the accountants. The results of the research revealed that the Universities develop a permanent, fertile dialogue for accountability, as well as cultivating, a strategic planning work, in academia and with the most diverse sectors of society, where accounting practices are present, where the thinking of accountability is not just a mechanical instrument, but a reflective process based on academic practice, giving meaning to those who produce, at all levels, whether in the collection and measurement of results, in the standardization of information, in the choice of indicators, in dissemination of the Reports, in processes that are not only instrumental technicians, but of a qualitative nature, which challenges further studies in the field of accountability, as well as in community experiences and its repercussions on development processes.

**Keywords:** Accountability , Social Balance, Community Universities, Regional development.

**Resumen:** El artículo busca comprender la naturaleza transformadora / conservadora presente en el entorno universitario, al verificar, si sigue este camino, es el enfoque o distanciamiento de la universidad hacia la comunidad. Esta preocupación adquiere relevancia en las investigaciones que buscan comprender las prácticas contables: equilibrio social, informe social, informe de actividad, preparación y difusión de informes, sobre cómo funcionan las lentes de los profesionales de contabilidad, especialmente sus diálogos con responsabilidad. El objetivo de esta investigación fue explorar las prácticas operativas que dan como resultado la información necesaria para la *accountability* en las universidades comunitarias en Rio Grande do Sul. El camino metodológico se basa en un enfoque cualitativo, con el objetivo de una investigación exploratoria, descriptiva y explicativa. La investigación verifica, un conjunto teórico, basado en la ciencia, así como, cuenta con la investigación de campo, con los contadores. Los resultados de la investigación revelaron que las Universidades desarrollan un diálogo permanente y fértil para la rendición de cuentas, además de cultivar, un trabajo de planificación estratégica, en la academia y con los sectores más diversos de la sociedad, donde las prácticas contables están presentes, donde el pensar en la rendición de cuentas no es solo un instrumento mecánico, sino un proceso reflexivo basado en la práctica académica, que da sentido a quienes producen, en todos los niveles, ya sea en la recopilación y medición de resultados, en la estandarización de la información, en la elección de indicadores, en Difusión de los informes, en procesos que no solo son técnicos instrumentales, sino de naturaleza cualitativa, lo que desafia los estudios adicionales en el campo de la rendición de cuentas, así como en las experiencias de la comunidad y sus repercusiones en los procesos de desarrollo.

**Palabras clave:** Responsabilidad, Equilibrio social, Universidades Comunitárias, Desarrollo regional.

## 1 INTRODUÇÃO

A natureza transformadora/conservadora presente no ambiente universitário, poderá ser um canal de mão dupla, ao acarretar o distanciamento ou aproximação, da universidade com a realidade da sociedade. Assim, esse processo, necessita contar com uma devida prestação de contas para a comunidade, um alto grau de *accountability*. Portanto, o desafio da pesquisa passa pela análise dos resultados, da prática operacional contábil, que dialoga com o sistema de *accountability*, nas Universidades Comunitárias, no Rio Grande do Sul, ao verificar um conjunto teórico, fundamentado na ciência, bem como, com a pesquisa de campo, com os responsáveis da contabilidade.

Portanto, tem-se presente que na vida cotidiana, na vida acadêmica, de alguma forma, está presente a *accountability* (DUBNICK, 2014). Da mesma forma, a despeito do inevitável diálogo teórico sobre a definição do termo, pode-se conceituar *accountability*, como uma legítima reivindicação de exigir a prestação de contas dos atores responsáveis em realizar as atividades, ou por parte dos atores, que são afetados por essa tarefa, ou seja, a responsabilização como uma atividade retrospectiva à realização da tarefa, para Bovens, Schillemans e Goodin (2014).

Assim, o estudo irá trilhar, para além da pesquisa das práticas contábeis, a *accountability*, sua vinculação com as obrigações tributárias e fiscais, em um diálogo de caráter técnico, instrumental e de reflexivo sobre essa prática, com entrevistas com os responsáveis pela contabilidade e com responsáveis pela elaboração dos relatórios sociais. Para responder aos desafios, estabelecidos em diversos estudos, de pesquisadores, entre eles destacam-se Przeworski, Stokes e Manin (1999), Przeworski (1998), Campos (1990), Pinho e Sacramento (2009), Davies (2010), Farenzena (2010), Spinoza (2012), Dubnick (2014), Bovens, Schillemans e Goodin (2014), Pereira, Silva e Araújo (2014), Sarturi e Tormes (2015), Duarte (2016), Hall, Frink e Buckley (2017).

Pesquisas indicam que o campo teórico de *accountability*, conquistou um espaço importante de estudo a partir da década de 1960. No Brasil, o termo *accountability* foi discutido inicialmente no ano de 1975 (CAMPOS, 1990). Portanto, um dos primeiros estudos no Brasil foram realizados pela autora, ao apresentar observações e questionamentos, em relação às consequências desta prática, bem como a fragilidade conceitual deste campo de estudo.

Assim, o ambiente da *accountability* no Brasil, ainda permanece como um campo fértil de estudos, seja pelas necessidades teóricas, como nas pesquisas empíricas, no entender de Pereira, Silva e Araújo (2014). Para Hall, Frink e Buckley (2017) no mundo acadêmico a *accountability* está ainda em um estágio inicial, havendo desconhecimento sobre o assunto, além da falta de consenso sobre o significado de *accountability*.

Para Duarte (2016) o termo *accountability*, necessita de mais estudos para se expandir de forma significativa na sociedade, seja, na esfera da administração pública, que é considerado o primeiro setor. O segundo setor é constituído pelas empresas privadas ou particulares e

o terceiro setor é formado pelas organizações sem fins lucrativos, tais como associações, ONGs e fundações, onde está o objeto de estudo, as Universidades Comunitárias.

Ao verificar o primeiro setor, os estudos de Abrucio e Loureiro (2004), apontam que normalmente a literatura sobre *accountability* trata mais do controle dos atos dos governantes em relação ao programa de governo, ao campo da corrupção ou mesmo a preservação de direitos fundamentais dos cidadãos. Já nas empresas privadas, nas organizações (segundo setor) *accountability* para Tinoco (2004) representa um conjunto de obrigações que as organizações necessitam prestar conta, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder.

As organizações do terceiro setor operam especialmente, nas ações sociais, ao invés das ações econômicas, segundo Hudson (1999). Para Anheier e Seibel (1990) as organizações do terceiro setor, são identificadas como organizações sociais, trabalham em um ambiente diferente do Estado e do mercado. Este setor é relevante, pois oferece contribuições importantes para a população, preenchendo deficiências deixadas tanto pelo governo quanto pelo mercado, ou seja, pelo primeiro e segundo setor.

No Brasil, as organizações voltadas às ações sociais, ao longo da história se fizeram presentes, seja pela ausência da iniciativa privada ou do Estado. As políticas de desenvolvimento social contaram com a participação de várias comunidades no Rio Grande do Sul, especialmente as Universidades Comunitárias, que em sua maioria, nasceram pela ausência do Estado na educação superior (FRANTZ, 2004).

Portanto, as Universidades Comunitárias nascem da mobilização e do esforço da sociedade civil, diferenciando-se das experiências confessionais ou particulares. Para Frantz (2002 e 2004) as Universidades Comunitárias, são uma iniciativa da sociedade civil, sem fins lucrativos, isto é, não tem sua existência e atuação apoiada em interesses do capital. A sua lógica não é a do capital, isto é, a remuneração do capital investido, mas constituir uma alternativa de desenvolvimento sustentável, com base na educação. Frantz (2004) afirma ainda que junto a essas populações, a noção de organização comunitária passa pela organização da educação como atividade das comunidades e não do Estado. Assim, essas instituições são enraizadas na história da colonização e da organização social dos imigrantes e seus descendentes.

Para Morosini (2006), o movimento das Universidades Comunitárias deu origem ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG, 2019) em 1990. Esse processo foi liderado por reitores que organizaram o Programa Interinstitucional de Integração da Universidade com a Educação Fundamental. Esse programa dialogava com o Distrito Geoeducacional 38 (DGE38) e estabelecia como metas nas ações conjuntas entre as universidades comunitárias a participação em projetos nacionais de aperfeiçoamento do Ensino Básico, o estabelecimento de parcerias com segmentos comunitários, como as administrações municipais, a socialização do conhecimento nas instituições participantes, pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Para Lauxen (2012), pelo fato de estarem localizadas, em sua maioria, nas cidades do interior do Rio Grande do Sul, as Universidades Comunitárias assumem ao longo da história um papel determinante nos processos de desenvolvimento das regiões, ao marcarem seus espaços pela atuação no ensino, pesquisa e extensão. Exemplos de aportes das Universidades Comunitárias ao desenvolvimento regional são explicitados por Frantz (2002), Büttgenbender, Siedenberg e Allebrand (2011), Baumgartner (2015), Guerrini e Oliveira (2016) e Serra, Rolim e Bastos (2018).

As instituições comunitárias constituíram um consórcio, que representa uma rede de educação, ciência e tecnologia, são 15 instituições de ensino, que ofertam 1.465 cursos de graduação e pós-graduação e integram a Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC, 2019). Merece registro que as Instituições Comunitárias de Educação Superior possuem uma função pública, não estatal, ofertando serviço público, sem fins lucrativos e de interesse coletivo, onde seu patrimônio pertencente à comunidade.

No entanto, somente em 2013 o Estado brasileiro reconhece, em síntese, ser legal e, portanto, legítima, a institucionalização de um modelo novo de educação superior, diferenciado do modelo público-estatal de universidade e distante do modelo representado pelas instituições privadas de educação superior. Esse reconhecimento se deu pela Lei nº 12.881, de 12 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições de Ensino Superior, segundo Lückman e Cimadon (2015).

O objetivo desta pesquisa foi explorar as práticas operacionais que resultam nas informações necessárias para o *Accountability* nas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul. Busca entender a prática contábil, que resulta na *accountability* nas Universidades, para identificar e analisar os desafios percebidos nas entrevistas semiestruturadas que contaram com a participação de 13 profissionais, sendo 11 Contadores e 02 Assistentes Sociais para compreender a necessidade/contribuição de se ter *accountability* nas Universidades Comunitárias.

Desta forma, a pesquisa apresenta o processo reflexivo a partir do fazer acadêmico, em torno da *accountability*, apresentando o sentido para quem a produzem, seus processos não só técnicos instrumentais, mas de cunho qualitativo, o que desafia maiores estudos no campo do *accountability*, bem como, nas vivências comunitárias e suas repercussões nos processos de desenvolvimento.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico integra os trabalhos científicos e acadêmicos, busca estabelecer um diálogo que consiste, em estabelecer discussões feitas, por vários autores sobre a temática em estudo, servindo como lente, como embasamento para a pesquisa entender a prática contábil, que integra a *accountability* nas Universidades Comunitárias.

## 2.1 APORTES TEÓRICOS DA ACCOUNTABILITY

As transformações da sociedade tornaram *accountability*, uma temática pertinente, dada as preocupações em controlar os abusos do exercício do poder, para Rocha (2011). Dubnick (2014) argumenta que o aumento da frequência no uso do termo, tem seu nascedouro nas obras publicadas em inglês entre 1800 e 2005, apesar do termo aparecer pela primeira vez no início do século XIX. Nas décadas de 1960 e 1970, há um aumento acentuado, crescente no seu uso até os dias atuais.

Para Ceneviva e Farah (2007) a *accountability*, tem sido amplamente empregado na área de Ciências Sociais. Já para Bovens, Schillemans e Goodin (2014) a temática da *accountability*, passou a ser um objeto de análise de diferentes áreas: ciência política, administração pública, relações internacionais, psicologia social, direito constitucional e negócios.

As diversas áreas de estudos, que contemplam a *accountability* oportunizaram uma fragmentação e não-cumulatividade, pelo pouco diálogo entre as áreas, segundo Bovens, Schillemans e Goodin (2014). Já Dubnick (1998) há diferentes focos vindos da administração, das ciências políticas, da psicologia social. Ainda, o autor observa a existência de muitas formas de *accountability*, que não se relacionam com democracia, que não pode ser concebida sem a prática e um vasto e complexo conjunto de mecanismos entre pessoas e as instituições.

Merece registro, os estudos de Pinho e Sacramento (2009) ao apresentar uma significação do termo *accountability*, em dicionários de língua inglesa, que encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento desta diretiva.

Mesmo assim, de acordo com a literatura, *accountability*, desde o início das discussões, até os dias atuais, não foi possível encontrar uma única tradução da palavra do idioma inglês para a língua portuguesa, bem como, não se tem um consenso conceitual. Esta realidade ocorre não apenas no Brasil, tendo em vista também, que as pesquisas sobre *accountability* ainda são poucas amadurecidas, não o suficiente, tanto por estudiosos brasileiros, como por pesquisadores estrangeiros, segundo Pereira, Silva e Araújo (2014).

Para Rocha (2011) é comum observar-se a mistura de conceitos e abordagens relacionados a diferentes perspectivas e visões da *accountability* para tentar explicar ou mesmo, criticar fatos e procedimentos do cotidiano da administração pública, quando na verdade, a *accountability*, como explica Ceneviva (2006) está presente hoje em diversas áreas das Ciências Sociais: desde a administração de empresas até a educação, passando pela administração pública e a ciência política.

Assim, para Schedler (1999), o significado de *accountability* permanece subexplorado, embora em boa parte do mundo, as instituições financeiras, líderes de partidos, ativistas de bases, jornalistas e cientistas políticos

tenham descoberto as bênçãos e aderido à causa da *accountability*. No entanto, para Campos (1990), do significado de *accountability* dá a partir da obra de Frederick Mosher (*Democracy and the public service*) publicada em 1968. Nesta compreensão a autora retira os elementos para afirmar que a *accountability* é sinônimo de responsabilidade objetiva, ou seja, trata-se da responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra, fora de si mesma.

Já para Przeworski (1998) passa a refletir se os homens fossem anjos, não seria necessário haver governos. Se os homens fossem governados por anjos, dispensar-se-iam os controles internos e externos a partir da mensagem se os homens fossem anjos, não seria necessário haver governos.

Assim, constata-se a necessidade de prestar contas dos atos praticados e da aplicação de penalidades pelos deslizes eventualmente constatados. Portanto, faz-se necessário avançar na compreensão da *accountability*. Para Ceneviva (2006), é possível verificar, mesmo em rápidas leituras e revisões em trabalhos, publicações e demais obras acerca da *accountability*, os estudos revelam que o conceito sobre o referido termo ainda carece de um conceito quanto a seu significado e de uma clara delimitação teórica, onde também é perceptível que a definição do termo possui a tendência de variar entre os autores e conforme a tradição disciplinar na qual o trabalho se insere.

Por fim, pesquisas de diferentes conceituações de *accountability*, para Bovens, Schillemans e Goodin (2014), permitem estabelecer um mínimo consenso: sobre prover respostas; sobre a responsabilidade para com os outros, com uma reivindicação legítima para exigir uma conta; um conceito relacional, ligando aqueles que devem uma conta e aqueles a quem é devido; ligando agentes e outros para os quais realizam tarefas ou que são afetados pelas tarefas que desempenham. Assim, estudo busca verifica a prática contábil, sua vinculação com as obrigações tributárias e fiscais, de como opera esse processo, de como dialoga com a *accountability* nas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul.

## 2.2 ACCOUNTABILITY NAS UNIVERSIDADES

Ao verificar a *accountability* nas Universidades, faz-se necessário ter presente as transformações ocorridas no sistema de educação superior brasileiro, especialmente, a partir da redemocratização, que rompem com instituições legais até então vigentes. Assim, a Constituição de 1988 (CF/88) apresenta essa ruptura. Para Santos (2014) a Constituição, por um lado, é uma política pública instituinte e regulatória; por um lado, estabelece as estruturas do Estado, bem como define o alcance e as condições de existência das políticas regulatórias. De forma pontual, o artigo 207 estabelece que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Altbach (2016) desenvolve a concepção da universidade no século XXI como sendo um centro de conhecimento, pesquisa e inovação.

Por outro lado, é perceptível, a importância que Estado tem como papel central, de executor do ensino superior, ao promover ações de ampliação da participação e acesso das classes trabalhadores no ensino superior público, com a expansão das universidades federais e dos institutos tecnológicos, que passam a ofertar o ensino médio profissionalizante até a pós-graduação, tanto *latu* quanto *stricto sensu*. Ainda, a implementação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e de bolsas em instituições privadas Programa Universidade para Todos (PROUNI), sistemas de cotas, com foco na universalização e democratização de acesso, política redistributiva.

Assim, a pesquisa para entender a *accountability* contou com a busca na base de dados bibliográficos Ebsco (2018), pelas palavras chave como: *accountability*, universidades e relatórios sociais. As investigações com o título: Universidade Comunitária, gestão democrática e possibilidades de construção de *accountability*, apontaram os estudos de Speroni e Camargo (2009), que analisam as Instituições Comunitárias de Ensino Superior no Rio Grande do Sul, tendo presente o padrão de gestão democrática e as possibilidades de construção de mecanismos de *accountability* de uma instância institucional específica, a Associação dos Professores. O estudo revelou que a Associação dos Professores, tem se mostrado potencialmente capaz de construir espaços de divulgação de informações compreensíveis, ao ampliar espaços que permitam construir as dimensões, presentes nos estudos de Schedler (1999), quando aponta a relação, o controle do poder, justificação e a capacidade argumentativa.

Um trabalho, a partir de entrevistas com gestores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Universidade Regional de Blumenau (FURB), fruto da Tese: *Accountability* no Contexto da Educação Superior Brasileiro: Comparativo entre Universidade Federal, Estadual e Municipal (HEREK, 2017). Esta que buscou compreender a relação entre um sistema de *accountability* estruturado em mecanismos com diferentes princípios e regras, e a tensão entre instituições e *accountability*, pela investigação de como a lógica da adequação interfere na influência de três mecanismos de *accountability* distintos que agem sobre os gestores da UFSC, UDESC e FURB.

Outro trabalho, uma Dissertação, que abordou o tema *accountability* e universidades com o título: *Accountability* horizontal nos relatórios de gestão de universidades federais brasileiras (FONTENELE, 2014). Esta que teve como objetivo verificar o nível de *accountability* horizontal dos relatórios de gestão das universidades federais apresentados ao Tribunal de Contas da União, como instrumento de avaliação de resultados pré-estabelecidos no orçamento da União, observando a adequação deles às dimensões informacional, justificação e *enforcement* (execução). O estudo concluiu que, os relatos da ação orçamentária 4009 enquadram-se na dimensão informacional (1º nível de *accountability*), embora houvesse *enforcement*, por parte do TCU, para que atingisse o nível dimensional de justificação.

Desta forma, os registros apresentam a responsabilidade do gestor público, tendo cumprido parcialmente a transparência que é um fator crítico; em virtude de a Instituição não possuir um sistema de informações gerenciais, significa que ocorrem falhas de divulgação interna e externa de informações. Esse processo permite apontar que a prestação de contas à sociedade; segundo a maioria dos entrevistados, não existe uma efetiva e completa prestação de contas. Sendo assim, o procedimento na gestão da UDESC ainda precisa ser desenvolvido, melhorado e ampliado, para alcançar a *accountability*, segundo Roczanski (2009).

Portanto, o estudo busca entender de como se apresentam os resultados da Contabilidade e os Relatórios Sociais das Universidades que compõem o Comung (2019), bem como seu diálogo com a *accountability*. Significa entender a prática contábil, que resulta na *accountability* nas Universidades, verificar a necessidade/contribuição de se ter *accountability* nas Instituições Comunitárias.

### 3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Ao operar os procedimentos metodológicos, tem-se presente que as universidades são arranjos institucionais, especialmente ao olhar para o artigo 207 da CF/1988 - as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. São arranjos institucionais com garantia de autonomia, com controle internos da organização e aqueles institucionalizados externamente.

Assim, ante o desafio da pesquisa, na primeira etapa refere-se à estruturação de um arcabouço teórico que possibilite a análise organizacional pelo prisma da influência do sistema de *accountability*. Torna-se mais eminente o olhar empírico, a partir da coleta dos dados, de forma a compreender a prática contábil, para estabelecer um diálogo com o sistema de *accountability* nas Universidades Comunitárias.

Inicialmente, o trabalho conta com a pesquisa descritiva, que para Gil (2002) indica a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações variáveis, o que aponta a necessidade da técnica explicativa que procura conectar as ideias para compreender causas e efeitos diante das contribuições acadêmicas. Para facilitar as lentes dos pesquisadores e assim verificar a realidade empírica, o estudo de caso, para Minayo (2012), contribui na compreensão do fenômeno que não está claramente definido.

Yin (2005), defende a possibilidade de estudo exploratório, quando da escassez de pesquisas, o que trona a prática contábil e de seu diálogo com *accountability*, nas Universidades Comunitárias, um objeto de estudo altamente pertinente. Esse olhar é reforçado por Aaker, Kumar e Day (2004) ao destacarem poucos estudos sobre determinado fenômeno, ou seja, que necessita de mais conhecimentos. Creswel (2010) reforça a pesquisa exploratória, quando é aconselhável entender determinadas situações do cotidiano organizacional.

Portanto, a pesquisa busca verificar a prática operacional, no campo da contabilidade, a realização dos Relatórios, no âmbito das Universidades Comunitárias, que totalizam quinze (15) universidades vinculadas ao Comung, que conta com entrevistas semiestruturadas realizadas pelo aplicativo Skype. Assim, o estudo busca encontrar características que não seriam observadas por um estudo quantitativo, que Raupp e Beuren (2013), torna confiável a pesquisa aplicada. Nesta direção Barros e Lehfeld (2004) apontam que estudos de natureza aplicada e qualitativa pode ser aplicação imediata, que nesta pesquisa são as Universidades Comunitárias.

Após a coleta de dados primários, os dados secundários foram utilizados para corroborar com a interpretação e análise das evidências do fenômeno, ao fazer uso da análise de conteúdo, com categorias iniciais de análise de Flick (2009) e Gibbs (2009). Esse processo verificou as entrevistas das 11 universidades que participaram, das 15 que integram o Comung (2019): Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo (FEEVALE), Centro Universitário Metodista (IPA), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Universidade La Salle (UNILASALLE), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Universidade de Passo Fundo (UPF) e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

Fizeram parte da pesquisa os responsáveis pela contabilidade e pela elaboração dos relatórios sociais das Universidades, sendo 13 profissionais: 11 Contadores e 02 Assistentes Sociais. Ainda, os primeiros dados foram preliminarmente coletados nos Relatórios Sociais e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Universidades, tendo em vista que, estes documentos possuem informações tais como: histórico de criação, quantidade de alunos, abrangência, visão, missão, propósitos e o modo que a instituição desenvolve ações e princípios em relação à responsabilidade social.

Da mesma forma, a pesquisa se efetuou com a coleta dos dados em livros e documentos que retratam o histórico da criação do Comung, os principais objetivos do Consórcio, as universidades integrantes e demais informações que compreendem estrutura, cursos, quantidade de alunos, docentes e região de abrangência.

Para o desenvolvimento deste estudo, foram coletadas as informações pelas entrevistas gravadas e realizadas pelo aplicativo Skype. Inicialmente, as Universidades receberam uma carta convite para demonstrar o interesse em participar da pesquisa. Juntamente com esta carta, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde constaram os objetivos da pesquisa, seus riscos e benefícios, termo este, lido e aceito pelo participante da pesquisa. O projeto da pesquisa foi aprovado conforme parecer consubstanciado de Comissão de Ética em Pesquisa (CEP), CAAE: 87126718.8.0000.5322.

A coleta de dados da pesquisa de campo foi realizada com base em uma entrevista semiestruturada e gravadas, tendo como questões norteadoras: Conceito de Responsabilidade Social e sua relação com a vida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); que relatórios a Universidade utiliza para divulgar suas ações de Responsabilidade Social, qual o objetivo de emitir os Relatórios de Responsabilidade Social o que compõe esse Relatório. Quais os Relatórios a Universidade é obrigada a entregar? Por quê? Quem participa da elaboração do Relatório Social na Universidade? Como é elaborado o Relatório Social? Qual a periodicidade dos Relatórios Sociais? Como é disponibilizado/divulgado o Relatório Social? Tem o feedback da comunidade, como é este feedback? Em sua opinião quais os desafios/dificuldades encontradas para a realização do Relatório Social? Qual a sua percepção sobre a contribuição das informações contábeis para geração dos Relatórios Sociais? Como é vista *accountability*? Possíveis alterações nos Registros Contábeis, nos Relatórios Sociais?

A análise dos dados foi realizada pelo método de análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (1977) é uma análise de conteúdo, que busca compreender um conjunto de técnicas de análise das comunicações, contendo a análise e interpretação das respostas dos 11 Contadores entrevistados e dos dois Assistentes Sociais das respectivas universidades participantes.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa segue as orientações presentes nas fundamentações teóricas, dos caminhos metodológicos registrados, para assim, a partir destas lentes, os pesquisadores possam verificar as práticas e os conceitos apresentados nas entrevistas, os desafios percebidos pelas universidades, ao se manifestarem sobre a Responsabilidade Social, a elaboração e divulgação dos Relatórios Sociais, as dificuldades enfrentadas nas informações contábeis e a percepção dos profissionais da contabilidade para com o diálogo com a *accountability*.

### 4.1 A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PERCEPÇÃO DOS CONTADORES

A primeira questão está relacionada ao conceito de Responsabilidade Social, que se encontra no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada uma das Universidades Comunitárias, pois, sabe-se a importância deste documento que apresenta o conceito de Responsabilidade Social, tendo em vista que este deve orientar as práticas em todos os setores das Instituições, bem como as atividades do setor contábil, que reúne grande parte das informações para a elaboração dos Relatórios Sociais.

Assim, o questionamento, que norteou a entrevista, para com os profissionais da contabilidade, foi no sentido de como a Responsabilidade Social opera no PDI da Universidade. Das onze entrevistas realizadas, dez

participantes afirmaram que trabalham com o PDI, o seu relacionamento com a Responsabilidade Social. Ainda, registraram que esse diálogo se efetiva com pesquisa, ensino e extensão, em um processo, que de certa forma, oportuniza um ambiente favorável, para a formação humanista e cidadã e para o desenvolvimento regional.

Portanto, foi possível identificar que “sim, a instituição tem o PDI como todas as demais instituições de ensino, um item específico que trata da questão da responsabilidade social”, um relato da entrevista. Em outra entrevista, a Responsabilidade Social, é apresenta como:

[..] um compromisso que está inserido, com a prática pedagógica cumprindo a sua função de integrar os processos e resultados de ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável e também de uma forma interdisciplinar que ocorre nas relações sociais que a instituição tem e ela tem ali, inclusive um viés citando quais são as suas políticas.

Já em outras entrevistas, foi possível identificar a “construção das ações desenvolvidas nas áreas da pesquisa e da extensão que potencializam e canalizam os saberes do universo acadêmico” com práticas solidárias que estimulem a melhoria das condições e o modo de vida da população, tendo presente a Responsabilidade Social universitária. Indicando uma diferença em relação a Responsabilidade Social Empresarial, onde “a Responsabilidade Social Universitária, trata-se de um modelo de gestão democrática da Educação Superior, ancorado na ideia do compromisso das universidades com a busca de excelência acadêmica, sustentabilidade econômica, social e ambiental”.

Entende-se que o conceito de Responsabilidade Social, necessita estar para além, da iniciativa de apoiar o desenvolvimento da comunidade, e sim, também preservar o meio ambiente. Significa ainda, investir em bem-estar dos funcionários e dependentes, um ambiente de trabalho saudável, promover comunicações transparentes, dar retorno a comunidade, assegurar sinergia com seus parceiros e garantir a satisfação dos seus clientes e/ou consumidores segundo Melo Neto e Froes (2001). Portanto, para os entrevistados, o compromisso social que as Universidades Comunitárias têm, está diretamente relacionado com os alunos, professores, funcionários, comunidade local e regional, tendo na Responsabilidade Social, uma prática pedagógica, cultural, ambiental, preservando os direitos humanos.

#### 4.2 OS RELATÓRIOS SOCIAIS EMITIDOS PELAS UNIVERSIDADES

Entre as onze Universidades Comunitárias, que participaram da pesquisa, cinco realizam o Balanço Social, cinco o Relatório Social, uma o Relatório de Atividades. Para Tinoco e Kraemer (2004) a elaboração e publicação do Balanço Social pelos gestores constitui-se em bom exemplo de *accountability*, representa a obrigação que as organizações têm de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades

que decorrem de uma delegação de poder, a seus parceiros sociais, os *stakeholders*.

Para os entrevistados o Relatório Social oportuniza a divulgação e transparência da Universidade junto à comunidade:

Eu acho que o principal objetivo de emitir o Relatório de Responsabilidade Social é ter um instrumento que propicie a divulgação para a comunidade acadêmica como um todo, quer seja ela a comunidade local, onde a instituição está inserida, quer seja o público interno, de alunos, de funcionários, enfim, o objetivo geral é ter um instrumento para divulgar as práticas que a instituição tem em relação a esse tema.

O objetivo de emitir o Relatórios de Responsabilidade Social é primeiramente, para a transparência com a comunidade, para todos estarem sabendo dos nossos trabalhos, o que está sendo feito, para terem ciência do envolvimento da universidade com a comunidade, com o meio ambiente, enfim com todas as áreas sociais, tanto aqui na nossa região, como também do estado e o principal motivo é a transparência, de estar transmitindo para toda a comunidade aquilo que a Universidade trabalha e está fazendo para todos.

Percebe-se pelas manifestações dos profissionais que atuam na área contábil, a importância da elaboração do Relatório Social, dando transparência das atividades da universidade para comunidade. Esse processo não só fornece informações econômicas e financeiras, mas apresenta práticas de Responsabilidade Social que denotam dados qualitativos, muitas vezes imensuráveis:

São práticas realizadas no dia-a-dia para atender as demandas, na área da saúde em diversos níveis, na assistência social, nos laboratórios de orientação jurídica, psicológica, de gestão, são vivências comunitárias imensuráveis para uma grande parte da população. Significa que a Universidade tem compromisso com sua comunidade de atuação, que responde pela sua responsabilidade social.

Esse processo, das práticas sociais, evidencia também obrigatoriedade que as Universidades Comunitárias têm pelo seu caráter comunitário, um compromisso presente nas entrevistas dos contadores, ao afirmarem que os documentos ou relatórios que são elaborados, respondem também as exigências legais. No campo dos documentos, merecem atenção especial: o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e o Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP).

O CEBAS é um certificado concedido pelo Governo Federal, pelos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Agrário e da Saúde, para às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde.

Para a Universidade se cadastrar no sistema do CEBAS são exigidas todas as Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas do Exercício Anterior ao requerimento, Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Anterior ao requerimento, sendo todos estes documentos devidamente assinados pelo representante legal da entidade e pelo contador, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade. O SICAP é o instrumento de coleta de dados e informações, utilizado pelos Ministérios Públicos estaduais, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE),

no velamento das organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, de natureza jurídica fundacional e de entidades de interesse social. O Balanço Social e o Relatório Social não são relatórios obrigados por lei, mas normalmente, essa exigência, está presente nos Estatutos das Universidades Comunitárias.

#### *4.3 PROFISSIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DOS RELATÓRIOS SOCIAIS*

A pesquisa buscou identificar quais são os profissionais que estão comprometidos com a elaboração dos Relatórios Sociais nas Universidades Comunitárias, ou seja, na coleta de informações, na compilação de dados, no campo da responsabilidade. Segue registro de entrevistas:

Quem participa na elaboração dos Relatórios Sociais na Universidade, são as pessoas, por exemplo, quem está na área de pesquisa e extensão, a pessoa líder, responsável por compilar todos os dados de todas as áreas, então a gente tem um formulário em Excel com todos os blocos, onde é feito o mapeamento, que cada área informa, tem o RH envolvido, a parte de desempenho ambiental [...] o setor de suprimentos também fornece dados relacionados a relacionamentos com fornecedores, o financeiro, em relação a bolsas de estudo concedidas, e enfim, então todas as áreas assim que acabam se envolvendo para compor esse Relatório, sendo assim, permeia por todos os setores com uma coleta de dado e inclusive a Universidade conta com a análise de Auditores Externos que emitem um parecer, um Relatório sobre o nosso Balanço Social.

Relatório deve retratar fidedignamente a prática. Seguindo um cronograma que respeita o tempo e as demandas de cada equipe e de cada Mantida, os responsáveis pela realização de cada projeto, serviço ou ação são convidados a contribuir com imagens e informações sobre os fatos e os resultados alcançados. O Relatório é compilado e finalizado pelas equipes dos Setores de Contabilidade, Assessoria de Comunicação, Assessoria Técnica da Reitoria, Pró-Reitorias e Reitoria. Já o Balanço Social, que compõem o Relatório, é elaborado pelo Setor de Contabilidade, assinado pelo Contador da Instituição e auditado por uma empresa de Auditoria Externa.

Na pesquisa percebe-se que a elaboração dos Relatórios Sociais é uma prática que conta com todos os setores da Universidade, sua elaboração é em conjunto, para além das áreas destacadas nas entrevistas acima registradas, encontra-se os destaques dos setores de Controladoria, Coordenadoria de Marketing, Chefia de Gabinete da Reitoria, Pró-Reitorias ou Vice-Reitorias de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Gabinete de Reitoria, Assistência Social, Setor de Planejamento. Para Tinoco e Kraemer (2004), são aconselháveis na elaboração do Balanço Social, o Departamento de Recursos Humanos, da Contabilidade e do Sistema de Informação.

#### *4.4 DIVULGAÇÃO E FEEDBACK DOS RELATÓRIOS SOCIAIS*

Em relação a periodicidade dos Relatórios Sociais, dez entrevistados responderam que os mesmos são elaborados anualmente. Fatores como disponibilização, divulgação, socialização e feedback dos Relatórios

Sociais também foram investigados durante as entrevistas, ao questionar sobre a disponibilização e divulgação dos mesmos.

Todo ano a publicização do Relatório é realizada no site da Instituição, nos meios de comunicação. O feedback, é realizado com os stakeholders, [...] é discutido junto a sociedade pra verificar se o que a gente está fornecendo de dados e informações ainda atende as expectativas, ou se a gente deveria reformular e talvez inserir inclusive outros dados nele.

Durante a Assembleia Geral da Instituição que ocorre, anualmente, na última quinta-feira do mês de abril e é aberta a comunidade, o Relatório é apresentado aos públicos interno e externo. Após a apresentação e divulgação do link de acesso, a comunidade tem espaço para manifestar-se sobre o conteúdo do Relatório e o trabalho desenvolvido.

Entre as 11 instituições entrevistadas, 10 realizam Relatórios Sociais, considerando Relatório Social e Balanço Social. Registram que os Relatórios Sociais são disponibilizados nos meios de comunicação institucional das Universidades, pelo site e/ou impresso. Sobre o feedback, ou seja, opiniões, questionamentos, dúvidas em torno dos Relatórios Sociais, a pesquisa aponta alguns canais, como a ouvidoria e/ou quando as Universidades realizam a divulgação dos Relatórios em forma de apresentação pública:

A disponibilização dos Relatórios é pelo site da Instituição, no site da Reitoria, eles estão dispostos e quanto a divulgação, o Relatório de Atividades Anual, ele passa por todos os órgãos da nossa Instituição, ou seja, Câmara de Administração, Conselho Curador, Conselho Diretor, passa também pela Assembleia Geral, sendo que na Assembleia Geral existem integrantes da sociedade presentes, então ocorre neste momento a disseminação do nosso Relatório e consequentemente a aprovação pela sociedade, então aí já se recebe o feedback da mesma e também a sua aprovação ou não. O feedback é através de manifestações para a Reitoria, para a Controladoria, para a Coordenadoria de Marketing e no site da Universidade para a ouvidoria.

Portanto, as entrevistas permitem afirmar que as Universidades elaboram os Relatórios Sociais com a preocupação de estarem produzindo informações que, além de, demonstrarem a transparência e a apresentação de suas atividades de cunho social, expectativas da comunidade, professores, alunos, funcionários e *stakeholders*, ou seja, de todos que fazer parte do fazer acadêmico, seja o público interno, como externo.

#### *4.5 DESAFIOS NA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS SOCIAIS*

A pesquisa de campo aponta que os Contadores das Universidades Comunitárias, encontram dificuldades durante o período de elaboração dos Relatórios Sociais, entres as mesmas, indicaram a fragilidade na padronização das informações, oriundas dos diversos setores, a compilação das informações, ou seja, juntar e agrupar as principais informações necessárias para os Relatórios.

Sintetizar meses de trabalho, em um documento que seja capaz de transmitir a dimensão de cada ação, sem dúvida, é a maior dificuldade. São muitos colaboradores, estudantes e cidadãos envolvidos, atuando incansavelmente para contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

[...] padronizar as informações em cada unidade e não só a padronização das informações, mas também a padronização dos processos que geram essas padronizações, então eu acho que para o nosso caso seria as maiores dificuldades a compilação e a padronização destes dados.

Assim, os desafios se manifestam, seja na coleta, padronização, uma vez que, reunir informações advindas de vários setores, transmitida por vários profissionais envolvidos passa a ser uma fragilidade, além da dificuldade em receber as informações nos prazos estabelecidos.

[...] o difícil é conseguir mensurar e criar um indicador, como medir e como acompanhar ele pela forma que a gente tem as informações, por exemplo, disponibilizadas no ERP, ou enfim, não existem Relatórios com estes dados, mas a gente tem dificuldade em construir o indicador e coletar as informações.

Portanto, trabalhar com indicadores, é um grau de pertinência aconselhado na elaboração dos Relatórios. No Balanço Social, o desafio considerado nas entrevistas:

Hoje o Balanço Social traz muitas informações, então se exige que tudo esteja de forma correta, que seja preciso, que assim, como a parte contábil que é a que eu ajudo tem que ser muito exata, tem que ser aquilo que realmente efetivou que está em orçamento, que foi gasto, enfim, dessa forma.

Em outra entrevista, a elaboração do Balanço Social, já é uma prática de mais tempo:

A Instituição elabora o Relatório Social deste o ano 2000. Os maiores desafios foram antes e na implantação do Balanço Social, precisando apresentar/convencer da importância do mesmo para a Instituição, e a necessidade de ter informações das unidades e departamentos para compor o Relatório; hoje é uma prática da Instituição e não temos mais dificuldades.

#### *4.6 IMPORTÂNCIA DAS INFORMAÇÕES PARA GERAR OS RELATÓRIOS SOCIAIS*

A pesquisa busca identificar, nas entrevistas, com os Contadores, qual é a importância que é dada no processo de coletar das informações contábeis na elaboração dos Relatórios Sociais.

Considero de extrema importância, pois as informações contábeis corroboram e dimensionam o grau de investimento que a Instituição destina para a realização das ações de Responsabilidade Social. Agregam transparência a demonstração da utilização dos recursos e evidenciam as áreas que demandam mais empenho.

Acredito que a contabilidade tem o poder de transcrever em números o que a instituição está fazendo de forma social, então a informação contábil consegue demonstrar de uma forma mais palpável em valores o que está sendo feito em atividades por toda a Instituição.

Ao interpretar as entrevistas, foi possível identificar que as informações contábeis contribuem de forma significativa para aferir os resultados econômicos e financeiros, bem como os investimentos em Projetos Sociais. Assim, a pesquisa aponta que as informações contábeis podem ser consideradas, uma base de dados oficial, da mensuração econômica, capaz

de aferir, medir, mensurar, ou ainda, traduzir os números em valores que apresentam as ações de Responsabilidade Social.

#### 4.7 ACCOUNTABILITY: CONHECIMENTO DOS CONTADORES

A pesquisa buscou saber qual o entendimento que os Contadores possuem sobre a *accountability*. Nessa busca, diversas interpretações corroboraram para a compreensão, de como a *accountability* é vista e operada no mundo acadêmico.

Sim, trata-se do processo de prestação de contas, do planejado da realização das operações, finanças e resultados econômicos, dos órgãos internos estabelecidos no processo de governança. Defino *accountability* como sendo a prestação de contas à sociedade e ao governo feita pelas entidades, mostrando o seu investimento social. [...] uma contabilidade pautada em prestação de contas a todos os usuários das informações, sendo uma contabilidade proativa, ela não pode ser uma contabilidade reativa, tem que ser uma contabilidade que esteja disposta a demonstrar a sua realidade aos usuários das suas informações

A pesquisa permite afirmar que *accountability* está intrinsecamente ligada as atividades das Ciências Contábeis, onde a prestação de contas possibilita a transparência, clareza, com a própria responsabilidade, presente em falas “*accountability* remete a responsabilização, a ética, a transparência” e também “demonstrar as informações contábeis com transparência e clareza, de forma a viabilizar a compreensão de todos os envolvidos sobre as despesas, investimentos e custos que envolvem o trabalho realizado”.

Por fim, a pesquisa busca verificar, quais são as possíveis técnicas que os Contadores, podem implementar em suas rotinas operacionais, para contribuir/facilitar o processo de informações na elaboração dos Relatórios Sociais. Entre as manifestações destacam-se: “acredito que hoje a Instituição já tenha a informação bem aberta para o Balanço Social, como a utilização de centro de custos, onde conseguimos identificar os gastos por área”. Em outras falas “hoje não faria nenhuma modificação”. “Sim, abertura de determinadas contas contábeis para melhor segregação dos valores econômicos”. Manifestações que mostram graus diferentes de amadurecimento das rotinas contábeis. Cada Universidade efetivou ao longo dos anos sua caminhada na elaboração dos Relatórios, bem como há entendimentos diversos entre os Contadores.

Considero que aperfeiçoar o processo e demonstrar as informações de forma clara e transparente é uma necessidade permanente e uma prática constante na Instituição. Nas situações em que se constatou a relevância de uma alteração, as opções para realizá-las foram alvo de estudo e planejamento.

Em sua maioria, os profissionais da Ciência Contábil, que atuam nas Universidades, demonstraram interesse e disponibilidade em buscar novos processos, na elaboração dos Relatórios Sociais, bem como identifica-se nos profissionais o desenvolvimento da técnica em consonância com a Responsabilidade Social.

Portanto, a pesquisa permitiu conhecer de como se dá o processo de elaboração dos Relatórios Sociais, seus desafios, benefícios, o diálogo de suas práticas com a *accountability*, que é um processo, no qual a alternativa de cooperação representa um princípio criador. Este método de controle compartilhado constitui um dos inventos mais significativos do campo das técnicas sociais (MANNHEIM, 1972).

Por fim, a compreensão das práticas contábeis e seu diálogo com a *accountability*, em Bovens, Schillemans e Goodin (2014), permite estabelecer um aporte teórico, com a qual, a pesquisa orienta seus olhares científicos, encontrar respostas, sobre a responsabilidade para com os outros, um caminho legítimo para apresentar as contas; um conceito relacional, ligando aqueles que devem uma conta e aqueles a quem é devido; ligando agentes e outros para os quais realizam tarefas ou que são afetados pelas tarefas que desempenham para dialogar com a *accountability*, nas Universidades Comunitárias, no Rio Grande do Sul.

A positiva performance e o aprimoramento contínuo da atuação das universidades comunitárias nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão indica assumir possíveis repercussões positivas nos processos de desenvolvimento regional, corroborando com os argumentos de Serra, Rolim e Bastos (2018). A natureza e fundamentos que constituem as universidades comunitárias, resultando, em boa maneira, da própria organização das regiões. Elas possuem em suas políticas e estratégias de atuação, expressos em seus planos de desenvolvimento institucional, gerar aportes ao desenvolvimento das regiões. Resulta assim, reconhecer a existência de uma correlação positiva entre a adoção da *accountability*, os indicadores de desempenho das universidades comunitárias e suas repercussões afirmativas para com os processos de desenvolvimento regional.

## 5 CONCLUSÃO

A partir dos achados de pesquisa, a investigação aponta que as práticas contábeis: Balanço Social, Relatório Social e Relatório de Atividades, a elaboração e divulgação dos Relatórios, os desafios presentes no processo de constituição, das informações contábeis, de como funcionam as lentes dos profissionais da contabilidade, especialmente, seus diálogos com a *accountability*, é perceptível a evolução da Contabilidade, das várias fases históricas de seu desenvolvimento, até sua maturação como ciência social aplicada, de forte orientação econômica, presente nas Universidades Comunitárias.

As práticas contábeis possuem a capacidade de capturar, primeiro, a ocorrência dos eventos econômico-financeiros que impactam nas Universidades, depois mensurá-las, por último, de comunicar seus efeitos. Esse caminho, conta com a doutrina contábil, a face científica desse encontro fértil entre a vida acadêmica e o conhecimento científico das Ciências Contábeis, dando função na vida real das Universidades.

Portanto, a contabilidade, genuína e amplamente fundamentada nas teorias de caráter científico, tem sua prática, extremamente importante,

que é a de servir como instrumento de *accountability*, de avaliação das práticas dos gestores, no processo de prestação de contas, tanto internos, quanto externos à academia, na qualificação dos espaços de transparência, especialmente, pelas exigências, que apontam desafios em cenário de incerteza, descrédito, que permeia a sociedade brasileira.

No entanto, é confortante registrar as dimensões atuais da contabilidade como uma forma eficaz de avaliação de desempenho econômico/ financeiro/ social de organizações e gestores; como mecanismo indispensável no processo de tomada decisão no mundo acadêmico, para assim, dialogar com a *accountability* caminho eficiente para qualquer instituição/organização comunicar-se com a sociedade.

Ao olhar a história da civilização, percebe-se que ela tem muito a ver com as Universidades Comunitárias, especialmente no Rio Grande do Sul, a partir da década de 1950, quando teve início um grande esforço das comunidades do interior, em buscar o ensino superior, na medida em que o Estado não se fazia presente. Significa, a insuficiência de políticas públicas que viabilizassem a oferta do ensino superior no interior do RS, fez nascer da força da comunidade um conjunto de iniciativas concretas de interesse coletivo.

Nesta perspectiva são gerados novos temas para a pesquisa, nos quais se indicam: os processos de maturação da *accountability* ao longo da trajetória, como estratégia de gestão e atuação das universidades comunitárias, tem contribuído para a melhoria da performance dos seus indicadores de desempenho universitário? Quais os fatores que impactam em maior e menor grau na disparidade dos níveis de entendimento e presença da *accountability* nas Universidades Comunitárias do RS e da Região Sul do Brasil? A abordagem em estudos comparativos em diferentes tipologias organizacionais Universitárias, e seu comportamento ao longo do tempo, tem gerado novos aportes aos avanços das abordagens da *accountability*? Quais as efetivas relações entre a *accountability* universitária e suas relações com os processos de desenvolvimento regional, expressos por indicadores de desenvolvimento? Poderíamos pensar e indicar uma *accountability* do desenvolvimento regional, ou desenvolvimento territorial?

O diálogo permanente com a comunidade, torna o ambiente universitário fértil não só para prestação de contas e sim um espaço estratégico de planejamento tanto da academia, como para os mais diversos ambiente da comunidade, onde as práticas contábeis se fazem presente, onde o pensar da *accountability* não é apenas um instrumento mecânico nas relações comunitárias, mas um resultado de um processo reflexivo a partir do fazer acadêmico, para dar sentido para quem a produz e para quem a recebe, em todos os níveis, seja na coleta e mensuração dos resultados, na padronização das informações, na escolha de indicadores, na divulgação dos Relatórios, em processo não só técnico instrumental, mas de cunho qualitativo, o que desafia maiores estudos no campo do *accountability* e a sua relação com a comunidade.

## REFERÊNCIAS

- AAKER, D.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ABRUC. Associação Brasileira das Universidades Comunitárias. 2019. Disponível em <http://www.abruc.org.br/>. Acesso em: 12 maio 2019.
- ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. Finanças públicas, democracia e *accountability*: debate teórico e o caso brasileiro. In: ARVATE, P. R.; BIDERMAN, C. **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2004. p. 75-102.
- ALTBACH, P. G. **Global perspectives on higher education**. Baltimore: Hohns Hopkins University Press, 2016.
- ANHEIER, H. K.; SEIBEL, W. **The third sector: comparative studies of nonprofit organizations**. 3. ed. New York: Walter de Gruyter, 1990.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 15.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BAUMGARTNER, W. H. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. *GeoTextos*, Bahia, v. 11, n. 1, p. 91-111, jul. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/12013>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- BOVENS, M.; SCHILLEMANS, T.; GOODIN, R. E. Public Accountability. In: BOVENS, M.; GOODIN, R. E.; SCHILLEMANS, T. **The Oxford handbook of public accountability**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 1-22.
- BÜTTENBENDER, P. L.; SIEDENBERG, D. R.; ALLEBRANDT, S. L. Conselhos Regionais de Desenvolvimento - Coredes RS: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 1, n. 1, 2011.
- CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- CENEVIVA, R. *Accountability*: novos fatos e novos argumentos: uma revisão da literatura recente. In: EnAPG 2006: Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD. 2006. São Paulo. [Anais...] São Paulo: ANPAD, 2006.
- CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. O papel da avaliação de políticas públicas como mecanismo de controle democrático da administração pública. In: GUEDES, A. M.; FONSECA, F. **Controle social da administração pública: cenários, avanços e dilemas no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Oficina Municipal: Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 129- 156.
- COMUNG. Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas. 2019. Disponível em <http://www.comung.org.br/>. Acesso em: 12 maio 2019.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DAVIES, N. Aplicação das verbas A da educação: controle estatal ou social? *Faz Ciência*, Francisco Beltrão, v. 12, n. 16, p. 57-74, 2010.

Disponível em: <http://-revista.unioste.br/index.php/fazciencia/article/view/7436>. Acesso em: 10 jan. 2020.

- DUARTE, A. L. F. Abordagens de *Accountability* no EnANPAD: Análise de Conteúdo dos Artigos da Divisão de Administração Pública. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA ANPAD – EnAPG; 7. 2016. São Paulo. [Anais ...]. Centro Universitário da FEI. São Paulo, 2016.
- DUBNICK, M. J. Accountability as a cultural keyword. In: BOVENS, M.; GOODIN, R. E.; SCHILLEMANS, T. **The Oxford handbook of public accountability**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 23-40.
- DUBNICK, M. J. Clarifying accountability: an ethical theory framework. In: SAMPFORD, N. P. **Public sector ethics: finding and implementing values**. London: Routledge/Leichhardt, 1998. p. 68-81.
- EBSCO. EBSCO Information Services. Disponível em: <https://www.ebsco.com/>. Acesso: 23 mar. 2018.
- FARENZENA, N. Controle institucional em políticas federais em educação básica no Brasil. *Revista brasileira em políticas e administração da educação*, v. 26, n. 2, p. 237-265, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19716/11487>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FONTENELE, R. A. M. Accountability horizontal nos relatórios de gestão de universidades federais brasileiras. 2014. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-08122014-170655/pt-br.php>. Acesso em: 28 maio 2019.
- FRANTZ, W. **As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2002.
- FRANTZ, W. Universidade Comunitária: uma iniciativa pública não-estatal em construção, 2004. Disponível em: <http://www.comunitarias.org.br/>. Acesso: 10 jan. 2020..
- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUERRINI, D.; OLIVEIRA, R. (Orgs). **Universidades e desenvolvimento regional: experiências internacionais e o caso das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul**. Lajeado. RS: Ed. Univates, 2016.
- HALL, A. T.; FRINK, D. D.; BUCKLEY, M. R. An *accountability account*: A review and synthesis of the theoretical and empirical research on felt accountability. **Journal of Organizational Behavior**, v. 38, n. 2, p. 204-224, 2017.
- HEREK, M. Accountability no contexto da educação superior brasileiro: comparativo entre Universidade Federal, Estadual e Municipal. 2017. Tese (Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. 2017. Disponível em: [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18642/tese\\_herek\\_201707jul14.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18642/tese_herek_201707jul14.pdf). Acesso em: 24 maio 2019.

- HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. Tradução de James F. Sunderland Cook. São Paulo: Makron Books, 1999.
- LAUXEN, S. de L. Universidade: a contribuição das comunitárias. *DI@LOGUS*, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/Dialogus/article/view/155/42>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- LÜCKMANN, L. C.; CIMADON, A. A Dimensão Pública das Instituições de Educação Superior Comunitárias. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 7, n. 12, p. 67-80, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/252>. Acesso em: 24 maio 2019.
- MANNHEIM, K. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- MINAYO, M. C. S. de **Pesquisa social**. teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MOROSINI, M. C. O professor do ensino superior na sociedade contemporânea. In: ENRICONE, D. **Sete olhares sobre a educação superior**. Porto Alegre: Ed PUCRS, 2006. p. 95-110.
- PEREIRA, M. da G.; SILVA, W. A. C.; ARAÚJO, E. A. T. Análise da Produção Científica sobre Accountability na Área de Administração Pública. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE; 14. 2014, São Paulo, Anais... São Paulo, 2014. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/369.pdf>. Acessado: 06 jan. 2020..
- PINHO, J. A. G. D.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-lo para o português? *Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.
- PRZEWORSKI, A. Sobre o desenho do Estado. uma perspectiva agent x principal. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 37-72.
- PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. **Democracy accountability and representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 76-97.
- ROCHA, A. C. Accountability na administração pública: modelos teóricos e abordagens. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 14, n. 2, p. 82-97, sep. 2011. Disponível em: <https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/314>. Acessado: 02 fev. 2020.
- ROCZANSKI, C. R. M. **Universidade pública e accountability: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2009.

- SANTOS, P. S. M. D. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- SARTURI, R. C.; TORMES, D. S. A representatividade social nos Conselhos Municipais de Educação: um olhar sobre Pró-Conselho do Rio Grande do Sul. In: DALLA CORTE, M. (Org.). **Políticas públicas e conselhos municipais de educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 21-46.
- SCHEDLER, A. Conceptualizing *accountability* In: SCHEDLER, A.; DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F. (Eds.). **México: Colegio Nacional de Ciencias Políticas y Administración Pública, A.C. Universidad Autónoma Del Estado de México. Fondo de Cultura Económica**, 1999. p. 7-32.
- SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A. P. (orgs). **Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018.
- SPERONI, S. M.; CAMARGO, I de. Universidade Comunitária, Gestão Democrática e Possibilidades de Construção de *Accountability*. COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9. 2009. Florianópolis. [Anais...]. Florianópolis: UFSC, 2009.
- SPINOZA, R. M. *Accountability*. In: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. (org.) **Dicionário de políticas públicas**. Barbasena: EdUEMG, 2012. p. 89-117.
- TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.